

UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul  
DACEC - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS, CONTÁBEIS,  
ECONÔMICAS E DA COMUNICAÇÃO

Projeto de Pesquisa  
GESTÃO PÚBLICA E SOCIAL EM DISTRITOS  
INDUSTRIAIS: O CASO DO COREDE NOROESTE  
COLONIAL

Coordenação:  
SERGIO LUIS ALLEBRANDT

Ijuí (RS), maio de 2017



## IDENTIFICAÇÃO

### **Título:**

GESTÃO PÚBLICA E SOCIAL EM DISTRITOS INDUSTRIAIS: O CASO DO  
COREDE NOROESTE COLONIAL

### **Coordenador do Projeto:**

SERGIO LUIS ALLEBRANDT

### **Classificações:**

Áreas de Conhecimento (CNPQ):

SERVIÇOS URBANOS E REGIONAIS

Áreas de Conhecimento Afins (CNPQ):

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Grupos / Linhas de pesquisa:

Gestão territorial e desenvolvimento regional

Programas / Linhas de Pesquisa (Mestrados/Doutorados):

Políticas Públicas e Gestão Social

Projeto com potencial para Spin Off:

Não

Projeto de Inovação Tecnológica:

Não

Projeto vinculado ao Polo Tecnológico:

Não

Público-alvo:

Pequenos produtores

Autoridade locais

Lideranças comunitárias

Responsabilidade Social:

Sim

**Vigência:**

Data início: 01/02/2017

Data de término: 31/12/2018

**1. RESUMO**

O presente projeto foi elaborado com vistas à submissão ao Edital 03/2016 da FAPERGS: PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PROCOREDES XIII - PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR. Atende, portanto, uma demanda específica da Consulta Popular de 2015 no âmbito do Corede Noroeste Colonial. No entanto, esta demanda nasceu, de fato, das provocações de um texto do reitor da Unijuí, professor Martinho Luis Kelm, de 2014, que aborda Desafios à Elaboração de um Projeto de Desenvolvimento Endógeno do Noroeste Gaúcho. Este debate foi aprofundado nos meses seguintes e nas discussões ocorridas na TEC-INOVA em 2015, quando se formaliza o PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA COMPETITIVIDADE REGIONAL. Neste sentido outro texto de autoria do Prof. Martinho Luís Kelm "PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA COMPETITIVIDADE REGIONAL: Subsídios para a elaboração de um projeto de desenvolvimento" foi fundamental. Uma das consequências deste debate foi a criação da Central Regional de Informações e Estudos Socioeconômicos do Noroeste Gaúcho (CRIES), que conta com a adesão de diversas IES comunitárias e públicas da região noroeste. Além disso essas questões estão presentes no Plano Estratégico do Corede Noroeste Colonial e nos documentos PRO-RS IV e V. No bojo destas discussões foram realizadas reuniões com os prefeitos da AMUPLAM em que se destacou como um dos temas importantes para a região o relacionado à qualificação dos distritos industriais dos onze municípios integrantes da Amuplam e do Corede, tema incluído como demanda regional na Consulta Popular de 2015. O projeto, portanto, busca responder a esta demanda. Assim, a pesquisa busca compreender e analisar os distritos/áreas industriais existentes nos onze municípios do Corede Noroeste Colonial, à luz da gestão e políticas públicas e da gestão social, com vistas a contribuir no processo de desenvolvimento local e microrregional por meio da qualificação de distritos industriais municipais.

**2.1. Apresentação:**

O presente projeto foi submetido e aprovado no âmbito do Edital 03/2016 da FAPERGS: PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PROCOREDES XIII - PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR. Atende demanda específica do Corede Noroeste Colonial (Corede Norc) a partir de discussões regionais, abordando Desafios à Elaboração de um Projeto de Desenvolvimento Endógeno do Noroeste Gaúcho, debate aprofundado na TEC-INOVA 2015, quando se formaliza o PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA COMPETITIVIDADE REGIONAL. Uma das consequências deste debate foi a criação da Central Regional de Informações e Estudos Socioeconômicos do Noroeste Gaúcho (CRIES), que conta com a adesão de IES comunitárias e públicas da macrorregião noroeste. Além disso essas questões estão presentes no Plano Estratégico do Corede Norc, e nos PRO-RS IV e V do Fórum dos Coredes. No bojo destas discussões foram realizadas reuniões com os prefeitos da AMUPLAM em que se destacou como um dos temas

importantes para a região o relacionado à qualificação dos distritos industriais dos onze municípios integrantes da Amuplam e do Corede Norc, tema incluído como demanda regional na Consulta Popular de 2015. O projeto busca compreender e analisar os distritos/áreas industriais existentes nos 11 municípios do Corede Norc, à luz da gestão e políticas públicas e da gestão social, com vistas a contribuir no processo de desenvolvimento por meio da qualificação de distritos industriais municipais.

## **2.2. Tema e Delimitação do Tema:**

O debate acadêmico em torno da questão do desenvolvimento regional e local vem abordando aspectos relacionados à discussão atual sobre distritos industriais, clusters, redes, sistemas locais de produção e arranjos locais de produção, temas que possuem uma forte inter-relação e que se constituem em velhas-novas estratégias de desenvolvimento, seja das empresas em si, seja das regiões e das nações, enquanto espaços ou territórios delimitados.

O que fica claro é que a prática em relação aos distritos industriais nos municípios está distante dos conceitos teóricos atribuídos. A expressão “distrito industrial”, cunhada por Marshall, foi retomada por Becattini para identificar as bem-sucedidas aglomerações (clusters) de pequenas empresas italianas na chamada Terceira Itália.

Esta discussão tem como pano de fundo o desenvolvimento local, sabendo que este é um tema controverso e, muitas vezes, até antagônico, tanto no Brasil quanto no debate internacional. Visões das mais diferentes abordam aspectos diversos, fazendo com que seja difícil qualquer consenso sobre os aspectos conceituais.

Muito tem sido produzido nos últimos anos a respeito da temática do desenvolvimento local. Um grupo de estudiosos (Benko e Lipietz, 1994) aborda o tema como a mais nova e bem-sucedida estratégia de competitividade para o sistema capitalista, estratégia utilizada pelos grandes grupos globalizados da economia e, também, por aglomerados de pequenas e médias empresas. Para estes autores, as experiências de desenvolvimento local constituem-se apenas na expressão espacial de um novo arranjo industrial pós-fordista.

Um segundo grupo de estudiosos (Pyke, Becattini e Sengenberger, 1990; Becattini, 1994) afirma que as experiências de desenvolvimento local possuem dinâmicas próprias e não são, portanto, mero reflexo da reorganização internacional do capital.

Um terceiro grupo (Santos e Rodríguez, 2002; Mance, 1999), por outro lado, aborda o tema enquanto uma estratégia de resistência à globalização e seus efeitos maléficos, envolvendo micros, pequenas e médias empresas, as organizações de economia solidária, o Estado – especialmente em seus níveis local e regional (Municípios e Estados) - como forma de enfrentamento aos grandes grupos internacionais globalizados. Para este grupo o local constitui-se em espaço privilegiado para experimentos contra-hegemônicos.

É dentro desse escopo que se propõe a presente pesquisa, que busca compreender e analisar os distritos/áreas industriais existentes nos onze municípios do Corede Noroeste Colonial, à luz da gestão e políticas públicas e da gestão social, com vistas a contribuir no processo de desenvolvimento local e microrregional por meio da qualificação de distritos industriais municipais.

O Corede Noroeste Colonial é formado por onze municípios da Macrorregião Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul: Ajuricaba, Augusto Pestana, Bozano, Catuípe, Condor, Coronel Barros, Jóia, Ijuí, Nova Ramada, Panambi e Pejuçara, que somam 176.523 habitantes. A área territorial é de 5.158,0 m<sup>2</sup>, tendo uma densidade demográfica de 32,7 habitantes/km<sup>2</sup>. Em 2014 atingiu a totalidade de U\$ 132.384.984 em Exportações Totais (FEE, 2016). A taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010) está em 4,23 %, expectativa de Vida ao Nascer (2000) de 71,00 anos e coeficiente de mortalidade Infantil (2013) de 10,67 por mil nascidos vivos. A região destaca-se pela agricultura, serviços e indústrias tendo nestas as suas principais atividades econômicas. Grande relevância educacional com existência de uma Universidade Comunitária, indústrias metal mecânica voltadas a diferentes segmentos destacando máquinas e equipamentos voltados a mecanização agrícola como pós-colheita. Também teve seu desenvolvimento pela formação e convivência das mais diferentes etnias e sua confraternização de integração. Ainda possui importante posição geográfica favorecendo a existência de linhas férreas ativas e rodovias nacionais e estaduais.

### **2.3. Justificativa:**

O presente projeto foi elaborado com vistas à submissão ao Edital 03/2016 da FAPERGS: PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PROCOREDES XIII - PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR. Atende, portanto, uma demanda específica da Consulta Popular de 2015 no âmbito do Corede Noroeste Colonial. No entanto, esta demanda nasceu, de fato, de discussões locais e regional, abordando Desafios à Elaboração de um Projeto de Desenvolvimento Endógeno do Noroeste Gaúcho. Este debate foi aprofundado também nas discussões ocorridas na TEC-INOVA em 2015, quando se formaliza o PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA COMPETITIVIDADE REGIONAL. Neste sentido o texto "PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA COMPETITIVIDADE REGIONAL: Subsídios para a elaboração de um projeto de desenvolvimento" foi fundamental. Uma das consequências deste debate foi a criação da Central Regional de Informações e Estudos Socioeconômicos do Noroeste Gaúcho (CRIES), que conta com a adesão de diversas IES comunitárias e públicas da macrorregião noroeste. Além disso essas questões estão presentes no Plano Estratégico do Corede Noroeste Colonial e nos documentos PRO-RS IV e V do Fórum dos Coredes. No bojo destas discussões foram realizadas reuniões com os prefeitos da AMUPLAM em que se destacou como um dos temas importantes para a região o relacionado à qualificação dos distritos industriais dos onze municípios integrantes da Amuplam e do Corede, tema incluído como demanda regional na Consulta Popular de 2015. O projeto busca compreender e analisar os distritos/áreas industriais existentes nos onze municípios do Corede Norc, à luz da gestão e políticas públicas e da gestão social, com vistas a contribuir no processo de desenvolvimento local e microrregional por meio da qualificação de distritos industriais.

### **2.4. Objetivos:**

Objetivo Geral:

Analisar, compreender e avaliar as dinâmicas de gestão pública e social nos distritos industriais dos municípios do Corede Noroeste Colonial, visando a promoção e fortalecimento do desenvolvimento local e regional.

Objetivos específicos:

- Realizar uma revisão da literatura sobre arranjos institucionais de desenvolvimento industrial em processos de desenvolvimento local e regional;
- Analisar elementos de capital social e dinâmicas de cooperação interfirmas, governança e gestão social em aglomerações empresariais (distritos, clusters, APLs, redes);
- Diagnosticar e mapear a realidade atual dos distritos, áreas e zonas industriais de cada município;
- Identificar e analisar as ações implementadas e em desenvolvimento nos distritos, áreas e zonas industriais existentes, verificando a percepção de agentes públicos e empresários;
- Elaborar e analisar os indicadores de localização e especialização (Quocientes Locacionais) para a análise de potencialidades e limites do desenvolvimento local e regional;
- Propor estratégias e ações para o fortalecimento e a organização dos distritos industriais dos municípios e de possibilidades de articulação de âmbito regional no Corede Nordeste Colonial.

## **2.5. Fundamentação Teórica:**

É lugar comum manifestações de administrações locais, tanto por parte do executivo como por parte do legislativo, no sentido de fomentar os chamados distritos industriais de seus municípios, como um elemento fundamental para o processo de desenvolvimento econômico e social municipal e/ou microrregional.

No entanto, as ações, programas e políticas elaboradas e executadas neste sentido, geralmente consideram como sinônimos os termos distrito industrial, área industrial e zona industrial. No mais das vezes os municípios buscam viabilizar as chamadas áreas industriais por meio da concessão de áreas para empresas já existentes no município (muitas vezes localizadas em áreas impróprias para a atividade industrial de acordo com a legislação de uso e ocupação do solo urbano) ou como forma de atração de novas indústrias para se estabelecerem no município. Neste último caso, inclusive, utilizando esta possibilidade (de doação de áreas, somada a outros benefícios como auxílio nos serviços de terraplanagem e isenção de impostos municipais) como elemento da guerra fiscal entre municípios, mesmo limítrofes e integrantes da mesma organização em Associações de Municípios ou de Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

Este parece ser inclusive o conceito adotado por políticas públicas e/ou programas de incentivo à organização de distritos industriais. Em recente cartilha e guia técnico elaborados pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), em parceria com a Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul do Paraná (SEIM), a Fomento Paraná e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), por exemplo, verifica-se este entendimento:

O Distrito Industrial de um município pode ser compreendido com uma área definida pela administração pública local, como o melhor local para a instalação de indústrias, sejam elas micro, pequenas, médias ou grandes empresas. Esta área é planejada, destinada à ocupação exclusiva de indústrias, e, portanto, com toda a infraestrutura necessária à sua instalação.

No guia referido também fica explícito que o conceito de distrito industrial é diferente dos utilizados para área industrial – que se refere ao surgimento espontâneo da indústria, sem o planejamento da área, como resultado do crescimento natural da economia local, podendo levar muitos anos para acontecer, ou até mesmo nunca acontecer – e zona industrial – que trata apenas da área reservada para fins industriais, assegurada por instrumentos jurídicos, como a Lei de Uso do Solo ou o Plano Diretor do Município, sem garantir, porém, uma efetiva atração das indústrias.

Como afirma Kelm (2014), os distritos industriais [existentes] constituem-se de aglomerações (clusters) de pequenas e médias empresas, a princípio sem necessariamente possuir um foco ou tema definido, mas restrito a um município. Para o autor,

essa experiência tem sido capaz de estabelecer, em alguns locais, uma forte posição no mercado mundial nos chamados setores tradicionais, bem como nas indústrias fornecedoras de máquinas para esses setores como, por exemplo, o setor metal-mecânico em Panambi. Na maioria dos casos, entretanto, o potencial de desenvolvimento da região a partir da atual configuração dos distritos industriais tem se demonstrado bastante limitado e restrito a iniciativas isoladas que, em muitos casos, nem poderiam ser denominados como tal.

No mesmo sentido, Kelm (2014) afirma que na prática o que tem sido observado nos municípios do noroeste gaúcho é o Poder Executivo destinando áreas urbanas, com um mínimo, ou nenhuma infraestrutura, e utilizando-as como estratégia de atração ou fixação de empresas e não como parte de uma política. Estas iniciativas pecam em questões básicas, tais como: (a) o fato de, em sua configuração legal, a maioria das concessões impede que os beneficiados utilizem as áreas recebidas para alavancar financiamentos de órgãos de fomento como o BNDES visto não possuírem a propriedade do bem para fornecer como garantia; (b) a inexistência, ou a não observância de um planejamento de perfil de empresa beneficiada, fazendo com que haja concessão de áreas para negócios muitas vezes com exigências conflitantes ou concorrentes, o que impedem a obtenção, por exemplo, da liberação dos aspectos ambientais; (c) a inexistência de qualquer sinergia entre as organizações do, ou dos distritos de um mesmo município, pois os projetos não decorrem de uma política industrial articulada e planejada. A deliberação pela concessão constitui-se muitas vezes de iniciativa isolada e ocasional, e em muitos casos, as áreas recebidas não são utilizadas para o fim proposto ou são maquiadas para garantir a posse daqueles espaços; (d) a inexistência de uma estrutura de governança que envolva o Estado concedente e as empresas beneficiadas que possibilite consistência e garantia, para ambos os lados, de que uma eventual política industrial seja executada e suporte o assumir de riscos inerentes ao negócio.

O debate acadêmico em torno da questão do desenvolvimento regional e local vem abordando aspectos relacionados à discussão atual sobre distritos industriais, clusters, redes, sistemas locais de produção e arranjos locais de produção, temas que possuem uma forte inter-relação e que se constituem em velhas-novas estratégias de desenvolvimento, seja das empresas em si, seja das regiões e das nações, enquanto espaços ou territórios delimitados.



O que fica claro é que a prática em relação aos distritos industriais nos municípios está distante dos conceitos teóricos atribuídos. A expressão “distrito industrial”, cunhada por Marshall, foi retomada por Becattini para identificar as bem-sucedidas aglomerações (clusters) de pequenas empresas italianas na chamada Terceira Itália.

Esta discussão tem como pano de fundo o desenvolvimento local, sabendo que este é um tema controverso e, muitas vezes, até antagônico, tanto no Brasil quanto no debate internacional. Visões das mais diferentes abordam aspectos diversos, fazendo com que seja difícil qualquer consenso sobre os aspectos conceituais.

Muito tem sido produzido nos últimos anos a respeito da temática do desenvolvimento local. Um grupo de estudiosos (Benko e Lipietz, 1994) aborda o tema como a mais nova e bem-sucedida estratégia de competitividade para o sistema capitalista, estratégia utilizada pelos grandes grupos globalizados da economia e, também, por aglomerados de pequenas e médias empresas. Para estes autores, as experiências de desenvolvimento local constituem-se apenas na expressão espacial de um novo arranjo industrial pós-fordista.

Um segundo grupo de estudiosos (Pyke, Becattini e Sengenberger, 1990; Becattini, 1994) afirma que as experiências de desenvolvimento local possuem dinâmicas próprias e não são, portanto, mero reflexo da reorganização internacional do capital.

Um terceiro grupo (Santos e Rodríguez, 2002; Mance, 1999), por outro lado, aborda o tema enquanto uma estratégia de resistência à globalização e seus efeitos maléficos, envolvendo micros, pequenas e médias empresas, as organizações de economia solidária, o Estado – especialmente em seus níveis local e regional (Municípios e Estados) - como forma de enfrentamento aos grandes grupos internacionais globalizados. Para este grupo o local constitui-se em espaço privilegiado para experimentos contra-hegemônicos.

É dentro desse escopo que se propõe a presente pesquisa, que busca compreender e analisar os distritos/áreas industriais existentes nos onze municípios do Corede Noroeste Colonial, à luz da gestão e políticas públicas e da gestão social, com vistas a contribuir no processo de desenvolvimento local e microrregional por meio da qualificação de distritos industriais municipais.

O Corede Noroeste Colonial é formado por onze municípios da Macrorregião Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul: Ajuricaba, Augusto Pestana, Bozano, Catuípe, Condor, Coronel Barros, Jóia, Ijuí, Nova Ramada, Panambi e Pejuçara, que somam 176.523 habitantes. A área territorial é de 5.158,0 m<sup>2</sup>, tendo uma densidade demográfica de 32,7 habitantes/km<sup>2</sup>. Em 2014 atingiu a totalidade de U\$ 132.384.984 em Exportações Totais (FEE, 2016). A taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010) está em 4,23 %, expectativa de Vida ao Nascer (2000) de 71,00 anos e coeficiente de mortalidade Infantil (2013) de 10,67 por mil nascidos vivos. A região destaca-se pela agricultura, serviços e indústrias tendo nestas as suas principais atividades econômicas. Grande relevância educacional com existência de uma Universidade Comunitária, indústrias metal mecânica voltadas a diferentes segmentos destacando máquinas e equipamentos voltados a mecanização agrícola como pós-colheita. Também teve seu desenvolvimento pela formação e convivência das mais diferentes etnias e sua confraternização de integração. Ainda possui importante posição geográfica favorecendo a existência de linhas férreas ativas e rodovias nacionais e estaduais.

## 2.6. Metodologia:

Considerando as tradições ontológicas de Parmênides (515-445 a.C.), isto é, uma ontologia do ser, em uma realidade permanente e imutável, e a de Heráclito (535-475 a.C.), isto é, uma ontologia do devir, em uma realidade em transformação e emergente, surgem diferentes pressupostos epistemológicos e metodológicos.

Alves-Mazzotti (1998) aponta que o debate contemporâneo nas Ciências Sociais apresenta três paradigmas: o construtivismo social, influenciado pelas correntes filosóficas da fenomenologia e do relativismo; o pós-positivismo, com preferência por modelos experimentais e quase-experimentais com teste de hipóteses, com vistas a formular teorias explicativas de relações causais; e a teoria crítica, que enfatiza o papel da ciência na transformação da sociedade e cuja abordagem é essencialmente relacional, já que procura investigar o que ocorre nos grupos e instituições relacionando as ações humanas com a cultura e as estruturas sociais e políticas, visando compreender como as redes de poder são produzidas, mediadas e transformadas. Teixeira (2009) aborda o eixo epistemológico de pesquisa sob três enfoques: empírico-analítico, fenomenológico-hermenêutico e crítico-dialético.

Este estudo inscreve-se no paradigma da teoria crítica ou no enfoque crítico-dialético. No que se refere à dimensão da natureza do objeto a ser conhecido, a Teoria Crítica caracteriza-se por uma ontologia crítico-realista, a crença em uma realidade objetiva que deve ser desvelada. Já no que diz respeito à relação conhecedor/conhecido, a referida teoria adota uma epistemologia subjetivista, uma vez que os valores do pesquisador estão presentes tanto na escolha do problema como em todo o processo de investigação. Por fim, na dimensão metodológica, referente ao processo de construção do conhecimento, a Teoria Crítica adota uma metodologia dialógica, transformadora, coerente com o objetivo de aumentar o nível de consciência dos sujeitos com vistas à transformação social (grifos nossos (GUBA, citado por ALVES-MAZZOTTI, 1998).

Na abordagem do enfoque crítico-dialético, Teixeira (2009) informa que o homem é tido como ser social e histórico, determinado pelos múltiplos contextos como criador e transformador de múltiplos contextos. O processo de conhecimento está centrado na concreticidade, a partir da relação dinâmica sujeito-objeto.

Em primeiro lugar, esta postura teórica considera que a complexidade e a natureza dinâmica do mundo social orientam os pesquisadores essencialmente a investigar significados ao invés de predizer e controlar (NOGUEIRA, 2001).

Em segundo lugar, nenhuma verdade única e neutra é possível nas Ciências Sociais, pois a descrição ou explicação de um fenômeno social reflete inevitavelmente o entendimento do observador/pesquisador e dos seus valores e interesses (FAIRCLOUGH, 2001; NOGUEIRA, 2001).

Em terceiro lugar, nesta abordagem epistemológica o conhecimento obtido pela pesquisa é sempre parcial e situado, específico às situações e períodos particulares e não universalmente aplicável (FAIRCLOUGH, 2001; NOGUEIRA, 2001).

Na perspectiva filosófica que orienta a posição teórica desta pesquisa, a escolha da metodologia evidencia as opções teóricas e as intencionalidades dos pesquisadores. Desta forma, pode-se dizer que os conhecimentos construídos neste estudo serão marcados pela

subjetividade dos pesquisadores/cidadãos e pela interatividade em vários níveis: dos pesquisadores/cidadãos com o campo empírico e com outros sujeitos envolvidos no processo, dos pesquisadores/cidadãos com os autores que discutem este assunto e dos pesquisadores/cidadãos consigo mesmos. Portanto, este estudo acontecerá permeado pela intersubjetividade e interdiscursividade, que é o lugar do diálogo e da visão plural.

Salienta-se que estes processos interativos pressupõem movimento dialógico e, desta forma, possibilitam compreender a dinamicidade da vida e do conhecimento que é gestado dinamicamente na trama social e interdiscursiva, evidenciando-se manifestados através de discursos (documentos legais, debates, entrevistas, questionários, relatórios, depoimentos) da observação participante e não-participante, da experiência pessoal e, também, de práticas sociais em diversas instâncias. Assim, procurar-se-á dar significados e sentidos tanto às próprias práticas e estudos quanto às práticas desenvolvidas por e com outros, pois se acredita que há uma dupla constituição do ser humano, que é singular e também social. Nessa perspectiva, fala-se de um sujeito interativo que se constitui e é constituído nesse movimento que sempre acontece mediado pela linguagem e pelo outro. A linguagem estrutura-se em espaços sócio-históricos específicos e representa um conjunto de práticas de produção de significados resultantes da história e da cultura. As práticas sociais das quais se fez a interpretação estão inseridas em contextos e processos históricos específicos e são constituídas pelas produções discursivas e tem gerado avanços e mudanças significativas (embora ainda insuficientes, isso porque as relações de poder são assimétricas) nas políticas públicas e também na produção de conhecimentos.

Parte-se, portanto, do entendimento de que a metodologia, processual, contribui para aprofundar estudos interpretativos, por isso, se reconstrói no desenvolvimento da pesquisa, tecendo-se e articulando-se processualmente, considerando o tema estudado, o contexto social e as formas simbólicas circundantes. A pesquisa e seus resultados, por sua vez, também, são narrativas inacabadas, pois sempre que se quiser podem ser reescritos, reinterpretados.

O estudo, no entanto, se viabiliza com a utilização de elementos quantitativos e qualitativos de coleta de dados e de análise, constituindo-se assim a utilização de uma metodologia mista.

No que se refere aos procedimentos metodológicos,

Para o desenvolvimento da proposta, inicialmente desenvolver-se-ão pesquisas bibliográficas para caracterizar e definir-se os tipos de distritos industriais, bem como a legislação que regulamenta esse tipo de aglomeração industrial. Serão utilizados livros, revistas, publicações, trabalhos de conclusão de cursos, dissertações e teses, tanto em meio físico quanto virtual, da internet.

Realizar-se-á o mapeamento da realidade dos municípios, por meio da visita in loco aos mesmos, bem como em reuniões com os gestores municipais e associações comerciais, para verificar de que forma está organizada, estruturada e/ou distribuída as áreas industriais no Corede, com o intuito de diagnosticar oportunidades de locais para a destinação e/ou organização de distritos industriais. Aplicar-se-á um questionário com questões abertas e com escala likert. Também serão realizadas entrevistas com base em roteiro semiestruturado com o objetivo de analisar a percepção dos gestores públicos e empresários localizados ou não nas áreas industriais dos municípios. Também será realizado um levantamento dos indicadores de localização e especialização com a utilização da análise de quocientes locacionais para viabilizar uma análise das potenciais atividades pertencentes a cadeias de valores produtivas.

A partir das análises dos dados coletados, a proposta prevê o levantamento e análise das estratégias e ações desenvolvidas pelos municípios, bem como pelo Corede Nordeste Colonial, para a manutenção, ampliação e atração de novos empreendimentos. Busca-se, assim, identificar como os gestores municipais e regionais se articulam, visando o desenvolvimento de seu potencial industrial.

Por fim, a proposição de estratégias e ações para o fortalecimento e a organização dos distritos visa o compartilhamento e a otimização do que cada município faz, juntamente com os casos de sucesso de distritos industriais de outros municípios e países.

## **2.7. Inovações e Contribuições Científicas:**

O principal resultado esperado pela pesquisa é um maior conhecimento dos processos das políticas públicas e de gestão social dos arranjos institucionais industriais, em especial os distritos industriais, dos municípios da região do Corede Noroeste Colonial, bem como a relação e articulação dessas dinâmicas e práticas com políticas públicas de desenvolvimento econômico e social dos municípios e da região.

Igualmente espera-se contribuir para melhor compreender as diferentes formas de organização dos arranjos industriais neste Corede e na proposição de estratégias voltadas à criação e/ou fortalecimento de sistemas de governança locais e no âmbito do Corede visando a promoção do desenvolvimento local e regional, a partir da identificação das particularidades e características comuns, as principais dificuldades e avanços na realização desses processos em cada município da região.

Os resultados esperados também poderão contribuir na avaliação e desenvolvimento das políticas públicas de planejamento territorial e de desenvolvimento regional.

Do ponto de vista teórico, espera-se contribuir para o fortalecimento da gestão pública local e da gestão social.

Dentre os impactos dos distritos industriais está a utilização racional do solo, para fins industriais, comerciais dos terrenos dos Distritos Industriais, visando:

- a) segurar o espaço adequado para cada tipo de atividade;
- b) impedir o desvirtuamento da área para fins não autorizados;
- c) prevenir a poluição do ambiente, bem como dos recursos naturais existentes.

Destaca-se também a importância da elaboração de regulamento interno, para fins de:

I. Fixar a divisão territorial e o zoneamento, de forma a possibilitar o planejamento e a implantação dos equipamentos urbanos, necessários ao correto funcionamento das unidades fabris a serem instaladas;

II. Salvar os interesses da administração pública, estadual e municipal e do adquirente do lote industrial;

III. Preservar o sistema viário e o equipamento de infraestrutura;

IV. Garantir aos usuários áreas verdes de proteção, levando em conta as peculiaridades locais, a rentabilidade econômica dos equipamentos públicos e privados a serem implantados.

Além disso, os seguintes impactos são possíveis, a curto, médio e longo prazo:

- Desenvolvimento do setor industrial dos municípios e do Corede Nordeste Colonial;
- Ampliação das empresas atuais e atração de novos empreendimentos;
- Geração de novos empregos;
- Qualificação da mão-de-obra;
- Incremento na arrecadação;
- Ganhos logísticos, facilitando o acesso da matéria-prima e o escoamento da produção.

## **2.8. Bibliografia:**

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Ed. UNB, 2001.

FEE – Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Perfil Sócio Econômico do Coredes Noroeste Colonial. 2016. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Noroeste%20Colonial>> Acessado em 09, jun. 2016.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. Lua Nova, São Paulo, nº 36, p. 39-53, 1995.

NOGUEIRA, Conceição. A Análise do Discurso. In: ALMEIDA, L. S.; FERNANDES, E. M. (Eds). Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação psicológicas. Braga-PT: Univ. do Minho/CEEP, 2001. p. 15-47.

NORTH, D. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, J. Economia regional: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região? Porto Alegre: FEE, 2004. (Documento FEE n. 59).

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. Ilusões e sabedorias da análise regional. Porto Alegre: FEE, 2005b.

PERROUX, F. O Conceito de Pólos de Crescimento. In Schwartzman (org) Economia Regional: textos escolhidos. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977.

Regulamento Interno dos Distritos Industriais da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - CODIN. Disponível em <http://www.codin.rj.gov.br/Paginas/CartaConsulta/ModeloAreasInds/RIDI.pdf>. Acessado em 07/06/2016.

TENÓRIO, Fernando G. Flexibilização organizacional: mito ou realidade? Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna: teoria crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, vozes, 1995.

### **2.9. Inserção do projeto em área temática prioritária definida no PDI:**

p

## **3. EQUIPE**

<b>Nome</b>	<b>Vínculo</b>	<b>Unidade</b>	<b>Função</b>
JESILDO MOURA DE LIMA	Aluno de Pós-Graduação	Doutorado em Desenvolvimento Regional	Aluno de pós-graduação
MAURO ALBERTO NUSKE	Aluno de Pós-Graduação	Doutorado em Desenvolvimento Regional	Aluno de pós-graduação
NEDISSON LUIS GESSI	Aluno de Pós-Graduação	Doutorado em Desenvolvimento Regional	Aluno de pós-graduação
RENEO PEDRO PREDIGER	Aluno de Pós-Graduação	Doutorado em Desenvolvimento Regional	Aluno de pós-graduação
ROSELI FISTAROL KRÜGER	Aluno de Pós-Graduação	Doutorado em Desenvolvimento	Aluno de pós-graduação

		Regional	
FAGNER TIECHER HARTTMANN	Aluno de Graduação	Administração	Bolsista PROBIC/BIC/F APERGS
SERGIO LUIS ALLEBRANDT	Professor	DACEC - DEPARTAMENT O DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIV AS, CONTÁBEIS, ECONÔMICAS E DA COMUNICAÇÃO	Coordenador
AIRTON ADELAR MUELLER	Aluno de Pós- Graduação	Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional	Pesquisador institucional
MARTINHO LUÍS KELM	Professor	DACEC - DEPARTAMENT O DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIV AS, CONTÁBEIS, ECONÔMICAS E DA COMUNICAÇÃO	Pesquisador institucional

#### 4. INSTITUIÇÕES

Nome	Função
Gabinete do DACEC - Ijuí	Responsável
Doutorado em Desenvolvimento Regional	Responsável
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional	Responsável
Administração	Executor
DACEC - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS, CONTÁBEIS, ECONÔMICAS E DA COMUNICAÇÃO	Executor